



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GABINETE DO MINISTRO

OFÍCIO Nº 2402/2020/MMA

Brasília, 19 de março de 2020.

Ao Primeiro-Secretário da Comissão Diretora do Senado Federal
Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal
Senado Federal, Edifício Principal, 1º andar
70165-900 Brasília/DF

apoioimesa@senado.leg.br

Assunto: Resposta ao Ofício SF nº 77/2020, Requerimento de Informação nº 896/2019.

Senhor Senador,

Refiro-me ao Ofício SF nº 77/2020, de 20 de fevereiro de 2020, o qual veicula o Requerimento de Informação nº 896/2019, de autoria da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, “sobre as manchas de óleo que apareceram no litoral do Nordeste brasileiro”.

Sobre os questionamentos apresentados temos a esclarecer o que se segue:

1. as águas marítimas e as praias da área litorânea do Nordeste do Brasil afetadas e em risco;

As informações sobre as áreas afetadas foram atualizadas periodicamente no site www.ibama.gov.br/manchasdeoleo. Ressalta-se que navios e aeronaves foram direcionados ao esforço de busca das manchas ainda no mar, para prevenir a chegada ao continente, no entanto, não foi possível tecnicamente prever a trajetória das manchas de óleo pois a poluição se difunde abaixo da superfície do mar e não é detectável por imageamento satélite e esclarecimento visual, aflorando apenas muito próxima à costa. Sendo assim, não foi possível precisar as áreas "em risco", apenas as efetivamente afetadas.

2. as espécies da fauna e da flora contaminadas;

No link <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-fauna-atingida> estão disponibilizados os boletins diários com relação à fauna afetada pelo óleo. Nos documentos é possível identificar as ocorrências e as quantidades de animais encontrados por estado, assim como acompanhar as ações de monitoramento e prevenção.

3. a população atingida; 4. a estimativa dos impactos econômicos decorrentes da poluição;

O Ibama está em fase de elaboração do laudo técnico ambiental, com as informações requeridas no artigo 28 do Decreto 8.127/2013, considerando a complexidade e ineditismo do desastre.

5. as medidas de contenção e mitigação de ameaças e danos ao meio ambiente;

Considerando o ineditismo deste evento e sua extensão, verificou-se que a melhor estratégia de resposta seria o rápido recolhimento dos volumes de óleo que chegassem à costa, além do monitoramento constante das áreas marítimas. Informações adicionais sobre as técnicas de resposta utilizadas e recomendadas estão disponíveis no site do Ibama - <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo-orientacoes>.

6. as medidas de responsabilização dos causadores diretos e indiretos;

A investigação da origem do acidente está sendo conduzida pela Polícia Federal e pela Marinha do Brasil.

7. os planos de prevenção de riscos adotados;

Um plano de gerenciamento de riscos é pertinente quando há um empreendimento que perpassa pelas etapas de licenciamento ambiental, nas quais são exigidos estudos de análises de

risco e seus planos correlatos. Neste caso, com poluidor desconhecido e dispersão não previsível do óleo, não era tecnicamente viável a elaboração de um plano de prevenção.

8. o plano de gerenciamento de crise em execução

Imediatamente após o aparecimento das primeiras manchas de óleo, o GAA - Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado pela Marinha do Brasil (MB), Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entrou em operação. Todas as medidas foram adotadas em coordenação com o Ibama, ICMBio, Polícia Federal, ANP, Petrobras, Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro, além de diversas entidades governamentais e privadas dos estados e municípios afetados.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

RICARDO SALLES

Ministro de Estado do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo de Aquino Salles, Ministro do Meio Ambiente**, em 19/03/2020, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mma.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0551570** e o código CRC **043169D2**.